

# OS IMPACTOS PSICOSSOCIAIS NA SAÚDE MENTAL DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS REMUNERADAS BRASILEIRAS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

## THE PSYCHOSOCIAL IMPACTS ON THE MENTAL HEALTH OF PAID DOMESTIC WORKERS IN BRAZIL: AN INTEGRATIVE REVIEW

*Ana Laura Borges Ferreira do Nascimento*

Psicóloga Clínica e Escolar do Colégio Livre Aprender de Uberaba-MG.

*Marcela Silva Baccelli*

Doutora em Psicologia da Saúde pela UMESP. Professora do curso de graduação em Psicologia da  
Universidade de Uberaba.

## Resumo

Esta pesquisa tem como objetivo buscar evidências científicas sobre saúde mental e trabalho doméstico na literatura. A metodologia utilizada consistiu em uma revisão integrativa, a qual permitiu uma análise qualitativa do conhecimento produzido sobre a temática investigada. A partir da verificação crítica do corpus selecionado, foi possível concluir que a saúde mental das trabalhadoras domésticas é afetada principalmente por certos aspectos que foram organizados em 6 categorias: (1) aspectos estruturais; (2) interseccionalidade de gênero, raça/etnia e classe; (3) desvalorização e marginalização; (4) dinâmica relacional; (5) configuração ocupacional; e (6) desproteção legislativa. Este resultado aponta a complexidade da profissão estudada, visto que ela permanece caracterizada por desigualdade, discriminação, informalidade, sentimentos de inferioridade, exclusão social, jornadas exaustivas, baixa representatividade e sobrecarga física e emocional, o que impacta diretamente na subjetividade das mulheres inseridas nesse contexto. Portanto, destaca-se a necessidade da implementação de políticas públicas que regulamentem o trabalho doméstico de forma eficaz, fortaleçam os direitos trabalhistas, ampliem as oportunidades de educação e qualificação profissional para essas trabalhadoras e da conscientização para o combate dos estigmas associados a este ofício. Dessa forma, espera-se que este estudo contribua para o debate acadêmico e social, incentivando o desenvolvimento de práticas psicológicas que reconheçam tanto as especificidades individuais quanto as influências subjetivas dos contextos estruturais sociopolíticos, culturais e históricos. Palavras chave: Saúde mental. Trabalhadoras domésticas. Brasil.

## Abstract

This research aims to understand was to seek scientific evidence on mental health and domestic work in the literature. The methodology used consisted of an integrative review, which allowed for a qualitative analysis of the knowledge produced on the investigated topic. Based on the critical assessment of the selected corpus, it was concluded that the mental health of domestic workers is primarily affected by certain aspects, which were organized into six categories: (1) structural aspects; (2) intersectionality of gender, race, and class; (3) devaluation and social prejudice; (4) relational dynamics; (5) occupational configuration; and (6) legislative disprotection. This result highlights the complexity of the studied profession, as it remains characterized by inequality, discrimination, informality, feelings of inferiority, social exclusion, exhausting work hours, low representation, and physical and emotional overload, all of which directly impact the subjectivity of the women in this context. Therefore, the need for the implementation of public policies that effectively regulate domestic work, strengthen labor rights, expand educational and professional qualification opportunities for these workers, and raise awareness to combat the stigmas associated with this profession is emphasized. Thus, it is expected that this study will contribute to academic and social debates, encouraging the development of psychological practices that recognize both individual specificities and the subjective influences of sociopolitical, cultural, and historical structural contexts.

Keywords: Mental health, Domestic workers, Brazil.

## INTRODUÇÃO

O trabalho doméstico é uma das ocupações mais antigas do Brasil e da América Latina, refletindo profundamente as heranças históricas de colonização, escravidão e desigualdade social. No Brasil, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) de dezembro de 2023 aponta que cerca de 6,08 milhões de pessoas estão empregadas nessa categoria, sendo mais de 90% mulheres, das quais a maioria é negra e de baixa escolaridade. Esse dado evidencia a configuração de gênero e raça/etnia dessa categoria profissional, demonstrando a persistência de desigualdades sociais que são perpetuadas ao longo dos séculos.

Fialho (2021, p. 15-18) esclarece as origens deste serviço, o qual foi considerado inferior desde seu início. Historicamente, o Brasil foi o último país das Américas a abolir de maneira formal a escravidão em 1888 e não houve amparo estatal para que os indivíduos antes escravizados fossem reinseridos na sociedade. Dessa forma, os ex-escravos, os imigrantes e os nascidos livres só tinham como opção trabalhos similares com as atividades que já exerciam e que eram vistas como inadequadas e indignas, não chegando a serem reconhecidas do ponto de vista econômico (Telles, 2011 e Pereira, 2011). Tal inferiorização atemporal faz com os efeitos dessa estrutura persistem de forma simbólica e prática nas dinâmicas de poder que permeiam as relações atuais do trabalho doméstico.

Sendo assim, contata-se que a colonialidade do poder, ou seja, o legado de exploração e dominação instaurado durante o período colonial, ainda se manifesta nas práticas laborais contemporâneas (Quijano, 2005 *apud* Carvalho e Gonçalves, 2023, p.13). A ocupação doméstica, majoritariamente composta por mulheres negras, é vista por muitos estudiosos como uma reinvenção da escravidão, na qual a exploração foi transformada em formas sutis de desigualdade social, marcadas pela informalidade, falta de direitos trabalhistas, precarização das condições de trabalho e naturalização do sofrimento psíquico dessas trabalhadoras.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)

revelam que a formalização do trabalho doméstico no Brasil é um desafio constante. Mesmo após a promulgação da chamada “PEC das Domésticas” (2013), que visou equiparar os direitos trabalhistas dessas profissionais aos dos demais trabalhadores formais, uma parte considerável dessas trabalhadoras segue enfrentando a informalidade, o que aumenta a vulnerabilidade econômica e o impacto psicossocial. A ausência de garantias trabalhistas, como férias remuneradas, jornada de trabalho regulamentada e acesso a benefícios de saúde, aprofunda as desigualdades e cria um cenário de constante incerteza para essas mulheres.

A singularidade do trabalho doméstico na América Latina, especialmente no Brasil, exige uma análise que vá além dos dados econômicos. Esse campo laboral é atravessado por preconceitos de gênero, raça/etnia e classe, o que gera um impacto significativo na saúde mental dessas profissionais. A sobrecarga emocional, o desgaste físico e o abuso psicológico são elementos frequentemente relatados em estudos que abordam o cotidiano dessas trabalhadoras.

Outro fator crucial que deve ser destacado é a precarização do trabalho, que se reflete na ausência de proteção social e na fragilidade dos vínculos empregatícios. Essa condição somada à dupla ou tripla jornada (trabalho remunerado, cuidados com a família e responsabilidades domésticas próprias), criam um ciclo de exaustão e desamparo. Para além disso, as trabalhadoras domésticas muitas vezes enfrentam um tratamento desumanizante, sendo invisibilizadas e desvalorizadas, o que afeta profundamente sua autoestima e bem-estar psicológico.

A interseccionalidade entre raça/etnia, gênero e classe é um conceito fundamental para entender a posição dessas trabalhadoras na sociedade. Autoras como Kimberlé Crenshaw (1989) destacam que as mulheres negras e pobres são mais vulneráveis a múltiplas formas de opressão simultâneas. No caso do trabalho doméstico, isso se manifesta de diversas formas: desde os baixos salários e a informalidade até o preconceito racial e a exploração emocional. A conjugação desses fatores gera um impacto psicossocial severo, que se reflete em níveis elevados de ansiedade, depressão e outras condições relacionadas à saúde mental.

Diante dessa realidade, torna-se imprescindível pensar em uma Psicologia que atenda às especificidades dessas trabalhadoras, reconhecendo o impacto da colonialidade do poder nas suas vidas. A compreensão da dimensão subjetiva desse trabalho permite evidenciar como essas mulheres carregam o peso de uma estrutura social que as subalterniza, perpetuando preconceitos de gênero, raça e classe.

Considerando que compreender a saúde mental dessas trabalhadoras exige, portanto, uma abordagem ampla, que considere não apenas os fatores individuais, mas também os contextos sociais, históricos e culturais nos quais estão inseridas, urge a questão a ser respondida: De que forma os fatores psicossociais atrelados ao trabalho doméstico afetam a saúde mental das trabalhadoras brasileiras, considerando suas condições de trabalho, relações interpessoais e contexto social?

Assim, diante do exposto, essa pesquisa tem como objetivo geral buscar evidências científicas sobre saúde mental e trabalho doméstico na literatura nacional através da revisão integrativa, e como objetivos específicos: identificar as publicações junto às bases de dados nacionais no período de 2014 a 2024; caracterizar as publicações nacionais sobre saúde mental e trabalho doméstico no que se refere à base de dados, ano de publicação, periódicos, tipos de estudo e, analisar qualitativamente o conhecimento produzido na temática saúde mental e trabalho doméstico.

## METODOLOGIA

Este estudo consiste em uma revisão integrativa da literatura. Foi realizado para compreender os principais impactos psicossociais na saúde mental das trabalhadoras domésticas brasileiras com base em produções anteriores de artigos, dissertações, teses e monografias. A escolha deste formato de revisão se justifica pela sua capacidade de sintetizar múltiplas fontes de pesquisa, proporcionando uma visão abrangente e crítica dos principais fatores que afetam a saúde mental dessas profissionais.

A metodologia escolhida foi empregada de acordo com as fases definidas por Souza, Silva e Carvalho (2010, p.104-105): (1) elaboração da pergunta norteadora; (2) busca na literatura; (3) coleta de dados; (4) análise crítica dos estudos elegíveis para a análise; (5) discussão dos resul-

tados; (6) apresentação da revisão. Segundo esses autores (2010, p. 103), esse caminho metodológico é mais abrangente em relação a outros tipos de revisões, como a sistemática e a meta-análise, por permitir que estudos experimentais e não-experimentais sejam incluídos a fim de se ter um entendimento integral do fenômeno discutido com uma amostragem ampla.

## FASES DA PESQUISA

### *Definição do Problema*

A problemática de pesquisa surgiu do interesse em investigar sobre a saúde mental das trabalhadoras domésticas. Assim, esta revisão esclarecerá, a partir de um aprofundamento teórico, quais aspectos específicos devem ser levados em consideração ao oferecer atendimento psicológico a trabalhadoras inseridas no contexto do trabalho doméstico. Este ambiente laboral envolve uma série de fatores subjetivos que englobam dinâmicas de poder, além de questões relacionadas a raça e gênero que têm repercussões particulares e podem agravar a saúde mental dessas mulheres.

Portanto, este estudo visa lançar luz sobre esses elementos, para uma compreensão mais ampla e aprofundada, essencial para a construção de intervenções psicológicas mais sensíveis ao contexto dessas profissionais. A partir dessa problematização, a pergunta norteadora determinada foi: De que forma os fatores psicossociais atrelados ao trabalho doméstico afetam a saúde mental das trabalhadoras brasileiras, considerando suas condições de trabalho, relações interpessoais e contexto social?

### *Busca na literatura*

O material para a revisão foi buscado nos sites Scopus, Google Acadêmico e Lilacs (via Portal Regional da Biblioteca Virtual de Saúde - BVS). Para o levantamento bibliográfico, foi realizado o recorte temporal dos últimos 10 anos e aplicado o filtro para os idiomas inglês, português e espanhol.

A busca foi feita por meio dos descritores: “empregada doméstica”, “trabalho doméstico”, “saúde mental”, “subjetividade”, “psicossocial” e “Brasil”. Como a pesquisa na Scopus é em inglês, foram utilizados os termos: “*maid*”,

“domestic worker” (OR “domestic employee” OR “housekeeper”), “mental health”, “subjectivity”, “psychosocial”, “Brazil”. Isso resultou em 514 trabalhos publicados no período de 2014 a 2024, sendo que foram 2 na Scopus, 504 no Google Acadêmico e 8 na Lilacs.

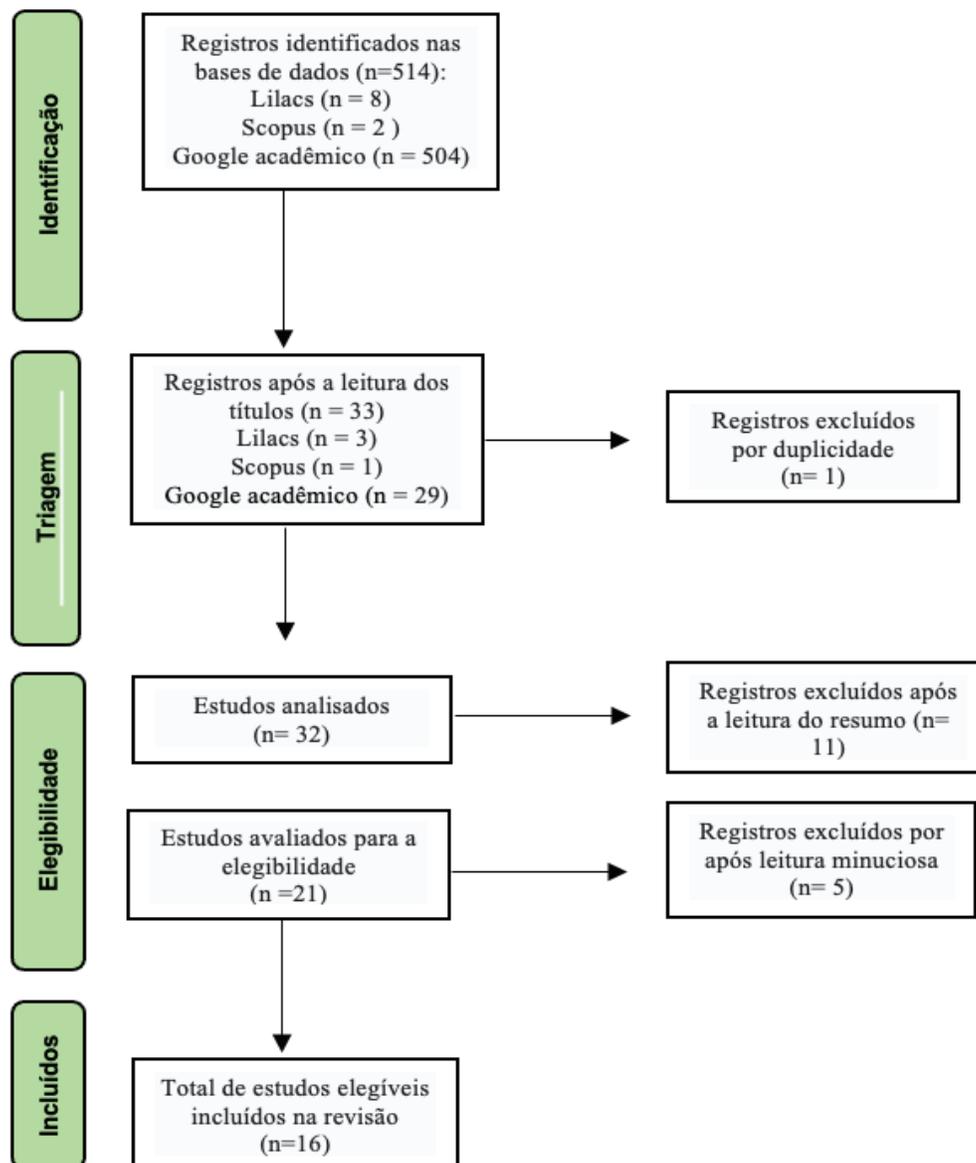
A tabulação dos títulos foi realizada pelo “Planilhas” do Google. Foi elaborada uma planilha com as 33 produções incluídas, inicialmente em abas separadas de acordo com a base de dados de que foram retiradas. Com isso, foi possível

identificar 1 duplicada, a qual foi excluída manualmente, sem gerenciadores de referência.

Em seguida, com a leitura dos resumos, 11 trabalhos foram excluídos por não se relacionarem com a temática pesquisada. Após uma leitura minuciosa dos 21 avaliados para elegibilidade, 5 foram excluídos por não contribuírem para a conclusão da pergunta norteadora.

Desse modo, o *corpus* deste estudo é composto por 16 trabalhos completos. Essa seleção está retratada pelo Fluxograma Prisma\*.

FIGURA 1 - Fluxograma Prisma – Apresentação do percurso de seleção de estudos para análise.



Fonte: autora (2024).

\* “O diagrama de Fluxo Prisma descreve o fluxo de informações através das diferentes fases de uma revisão”. Cf. PRISMA Statement. Flow Diagram. Disponível em: <http://www.prisma-statement.org/PRISMAStatement/FlowDiagram>. Acesso: 20 set. 2024.

**Coleta de dados**

A partir da seleção de estudos elegíveis para compor o *corpus* final deste trabalho (16), foi realizada a leitura aprofundada de cada um. Para uma melhor análise e discussão dos resultados, foi elabora-

do um quadro contendo os seguintes indicadores de cada pesquisa: título, nome(s) do(s) autor(es), ano de publicação, objetivos definidos pelos pesquisadores e principais resultados encontrados.

**QUADRO 1 - Resultados encontrados no Brasil na pesquisa de Revisão Integrativa**

TÍTULO	AUTOR(ES)	ANO	OBJETIVO(S)	PRINCIPAIS RESULTADOS
“Eu moro aqui e parece que sou invisível”: o (im) prescrito do trabalho doméstico remunerado	Paulo Henrique Souza Roberto	2024	<p><i>Estudo I:</i> “[...] avaliar e sistematizar a produção acadêmica sobre Trabalho Doméstico Remunerado, publicados em diferentes bases de dados.” (Roberto, 2024 p. 16)</p> <p><i>Estudo II:</i> “[...] evidenciar, como se configura a dinâmica da organização e as condições do trabalho de empregadas domésticas.” (Roberto, 2024 p. 39)</p> <p><i>Estudo III:</i> “[...] evidenciar, por meio de entrevistas semiestruturadas, como se configuram as relações de trabalho entre patrões e empregadas domésticas.” (Roberto, 2024 p. 74)</p>	<p><i>Estudo I:</i> Ainda há lacunas na literatura sobre trabalho doméstico remunerado (TDR), como sobre divergências salariais, sobrecarga emocional, dupla jornada, pluralidade de tarefas e requisitos relacionados ao desempenho. A baixa capacidade de negociação sobre as condições laborais e a falta de possibilidades ocupacionais reforçam a percepção do TDR como uma forma de servidão.</p> <p><i>Estudo II:</i> O conhecimento prático das atividades cotidianas das trabalhadoras domésticas é e tratado como um saber impreciso e irrelevante por não ser baseado em parâmetros técnicos ou científicos. A desvalorização agravada pela falta de fiscalização e pela desproteção intensificada com a reforma trabalhista de 2017.</p> <p><i>Estudo III:</i> Na relação entre patroas e trabalhadoras domésticas há uma hierarquia peculiar, fundamentada na ideia errônea de inclusão que manipula sentimentos cotidianos para reforçar a subserviência. Essa dinâmica origina ressentimento e humilhação sustentados pelo modo de vestir, por exemplo, destacando a subordinação e contribuindo para o adoecimento psíquico dessas mulheres.</p>
Cuidado ao idoso e trabalho doméstico: Uma análise da conjunção de opressões.	Angélica Cunha Dos Reis	2024	<p>“[...] compreender como as opressões de classe, gênero e raça atravessam as profissões de empregada doméstica e cuidador, principais figuras no cuidado ao idoso em domicílio. (Reis, 2024, p.8)</p>	<p>Enquanto empregadas domésticas enfrentam menor escolaridade, maior acúmulo de funções e poucas perspectivas de qualificação, cuidadores de idosos lidam com jornadas mais extensas e informalidade acentuada. No entanto, ambas categorias laborais compartilham opressões relacionadas à precariedade, à sobrecarga, à informalidade e às altas demandas físicas e emocionais. Ademais, a naturalização do trabalho doméstico como um “dom feminino” contribui para sua feminização e precarização, reforçando a lógica da reprodução social em que o trabalho gratuito das mulheres é essencial para a manutenção do capital. A fluidez de identidade entre essas ocupações e a falta de delimitação de funções no espaço doméstico agravam a desvalorização e o acúmulo de tarefas para ambas as profissões.</p>
O impacto subjetivo do colonialismo e racismo em mulheres negras trabalhadoras domésticas	Adriana Souza Simões; Helena Barriga Mutran Klöppel; Isabella Almeida da Silva; Paloma Sá Souza Simões; e Sandra Suely Moreira Lurine Guimarães	2023	<p>“Discutir como essa atividade laboral que historicamente, no Brasil, tem sido realizada predominantemente por mulheres negras, sofre várias formas de violações decorrentes dos efeitos do colonialismo e do seu corolário, o racismo.” (Simões <i>et al</i>, 2023, p. 137)</p>	<p>O trabalho doméstico no Brasil, predominantemente realizado por mulheres negras, é marcado por frustração, sentimento de inferioridade, dependência e fadiga, reflexos da desigualdade e exploração. O ambiente privado e o caráter afetivo nas relações empregatícias prejudicam a identificação e denúncia da exploração. Essa dinâmica reflete uma mentalidade escravagista persistente, enraizada no colonialismo e nutrida pelo racismo, que nega a dignidade dessas trabalhadoras e as mantém em condições de servidão.</p>

<p>“Aqueles que a sociedade julga ser de mulher, mas mulher que não estudou”: análise da relação subjetividade e trabalho de mulheres trabalhadoras domésticas diaristas</p>	<p>Maria do Socorro Roberto de Lucena</p>	<p>2023</p>	<p><i>Artigo 1:</i> “[...] desenvolver a premissa de que as opressões do feminino também têm pontos de vista de classe, pois estão enraizadas ou fazem parte do metabolismo das sociedades capitalistas, portanto, deve-se analisar conjuntamente exploração, dominação e emancipação das mulheres.” (Lucena, 2023, p. 48)</p> <p><i>Artigo 3:</i> analisar “[...] a produção científica brasileira sobre trabalho doméstico remunerado e gênero.” (Lucena, 2023, p. 118)</p> <p><i>Artigo 4:</i> “[...] compreender as repercussões de gênero, raça e classe no cotidiano laboral e na mobilização subjetiva das trabalhadoras.” (Lucena, 2023, p. 146)</p> <p><i>Artigo 5:</i> analisar “[...] os impactos do contexto pandêmico sobre a atividade laboral e a saúde mental de mulheres trabalhadoras domésticas diaristas, levando em consideração a interseccionalidade entre gênero, raça e classe no trabalho.” (Lucena, 2023, p.178)</p>	<p><i>Artigo 1:</i> A divisão social do trabalho, marcada por sexo/gênero e etnia/raça, desvaloriza as atividades realizadas por mulheres. Essas construções sociais influenciam processos de gestão, como políticas laborais, perpetuando desigualdades no emprego, salários, terceirizações e representatividade. Devido aos desdobramentos do neoliberalismo, a classe trabalhadora feminina enfrenta desemprego, assédio, racismo institucional, informalidade e sub-representação em certos cargos, além de maior vulnerabilidade em setores, refletindo uma realidade marcada pela exclusão econômica e social.</p> <p><i>Artigo 3:</i> O trabalho doméstico remunerado (TDR) está diretamente ligado e às suas interseccionalidades de etnia/raça e classe. Para uma análise efetiva do TDR, é necessária uma perspectiva que rejeite a reificação e a hierarquização das relações sociais. A fim de entender as desigualdades de gênero no mercado de trabalho, é essencial examinar o TDR para construir condições mais justas e igualitárias de vida e trabalho para as mulheres.</p> <p><i>Artigo 4:</i> As diaristas enfrentam uma marginalização que acarreta sentimentos de vergonha, cansaço e perda de ocupação, devido à constante incerteza sobre sua idoneidade. A sobrecarga e o ritmo das tarefas levantam questões sobre limites mais apropriados e seguros para suas atividades. O assédio sexual é uma vivência ou uma preocupação frequente que acarreta graves danos à integridade física, psíquica e sexual dessas trabalhadoras. Nesse contexto, é necessário substituir a ações e reações ao assédio individuais, simplistas e paliativas por iniciativas estruturais que promovam condições dignas e protegidas de trabalho.</p> <p><i>Artigo 5:</i> As diaristas enfrentam impactos físicos e emocionais como ansiedade, insônia e angústia devido à privação e incertezas financeiras – justificadas pela baixa remuneração – e ao desamparo social, que foram intensificados pelo cenário pandêmico. Para superar opressões invasivas e discriminatórias agravadas por racismo, sexismo e preconceito de classe, são necessárias transformações estruturais envolvendo Estado, mercado de trabalho e famílias, com reconhecimento, escuta ativa e apoio às ações de resistência dessas mulheres.</p>
<p>T R A B A L H O DOMÉSTICO E QUESTÃO SOCIAL: o adoecimento mental das trabalhadoras no Brasil</p>	<p>Ana Luisa Santos De Sousa; Karollyne Araújo Da Costa; Lígia Souza Lira</p>	<p>2022</p>	<p>“Iniciar o debate acerca da relação entre a questão social, o trabalho doméstico remunerado, as constantes violações de direitos e o adoecimento mental de trabalhadoras domésticas.” (Sousa e Lira, 2022)</p>	<p>Devido à invisibilidade e à marginalização enfrentadas pelas trabalhadoras domésticas e considerando a herança escravista do trabalho doméstico, constitui-se um espaço laboral marcado, na maioria das vezes, por práticas racistas, misóginas e sexistas. Apesar de avanços na legislação trabalhista, a profissão ainda é caracterizada por condições precarizadas, jornadas exaustivas e baixa remuneração, o que, juntamente com os recortes de classe, raça e gênero, influencia diretamente no processo saúde-doença.</p>
<p>Sentidos sobre o trabalho doméstico no Brasil: análise dos testemunhos do livro “Eu, empregada doméstica”</p>	<p>Kênia Roberta Da Rosa Fialho</p>	<p>2021</p>	<p>“[...] compreender os sentidos sobre o trabalho doméstico nos depoimentos de trabalhadoras reunidos no livro Eu, empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada (2019), organizado pela escritora e historiadora Joyce Fernandes, também conhecida como Preta Rara.” (Fialho, 2023, p.7)</p>	<p>Foram identificadas 5 formações discursivas sobre as trabalhadoras domésticas perante os relatos analisados: a humilhada, a explorada, a assediada, a supostamente desonesta e a respeitada. Houve uma maior ocorrência (95% dos relatos) de experiências traumatizantes e depreciativas relacionadas à humilhação, abuso, exploração e desconfiança, enquanto a minoria (5%) consistiu em relações respeitadas e garantias de boas condições de trabalho.</p>

O que o trabalho doméstico me ensinou sobre identidade, autoestima e afetos	Amanda dos S. Lemos	2021	“[...] discutir como ‘a condição da trabalhadora doméstica’, associada ao racismo, muitas vezes, encobertos por situações que envolvem afeto e uma suposta amizade, atingem implacavelmente, a autoestima e autoimagem dessas mulheres, expondo as mazelas ocultas (mas, nem tanto) do trabalho doméstico remunerado no Brasil contemporâneo.” (Lemos, 2021, p.3)	O racismo institucionalizado prejudica intensamente a saúde mental da população negra, e quando há a associação com as condições do trabalho doméstico, as condições psíquicas das trabalhadoras negras são ainda mais afetadas, o que se manifesta em questões como baixa autoestima e tentativas de suicídio. A escolha pelo trabalho doméstico, diante de uma realidade precária, revela a desigualdade de oportunidades enfrentada por essa população na sociedade capitalista atual.
Discursos sobre o vivido no trabalho doméstico remunerado: uma análise a partir de pesquisas empíricas realizadas no Brasil	Ester Senna Monteiro de Farias	2019	“[...] contextualizar o campo do trabalho doméstico remunerado no Brasil com olhares voltados para as questões de gênero, classe e raça. (Farias, 2019, p.9)	O trabalho doméstico remunerado no Brasil é amplamente feminino, associado a condições de baixa qualificação, longas jornadas e baixa remuneração. A profissão carrega marcas de preconceitos raciais e de classe por ser fortemente ligada a mulheres negras e pobres. Apesar das melhorias trazidas pela PEC das Domésticas (2013) as desigualdades estruturais permanecem. As entrevistadas relataram mudanças positivas em suas percepções e autoestima, mas muitas expressam o desejo de oportunidades melhores fora do trabalho doméstico.
O Trabalho doméstico e a Saúde das Mulheres Negras	Lourdes Aparecida do Carmo	2019	“[...] discutir e analisar a intersecção das variáveis gênero, raça, saúde e trabalho, com foco na saúde das trabalhadoras domésticas.” (Carmo, 2019)	A mulher negra está à margem da sociedade, sendo desconsiderada economicamente como trabalhadora e pouco estudada na área da Saúde da Mulher. Não há dados científicos conclusivos que confirmem se o trabalho doméstico adoce mais ou menos do que outras atividades laborais. No entanto, os artigos analisados indicam que essa ocupação possui um potencial adoeecedor semelhante a outras devido a fatores como sua configuração histórica, a relação social entre empregadoras e empregadas, condições laborais, desvalorização social e interseccionalidade de gênero, raça, saúde e trabalho.
“EU TINHA UMA CERTA LIBERDADE”: famílias, direitos e dispositivos de resistência de trabalhadoras domésticas de Nova Iguaçu - RJ	Tatiane De Oliveira Pinto	2019	“[...] refletir analiticamente em torno do estatuto da esfera doméstica, explorando dimensões do entendimento de trabalhadoras domésticas sobre família, experiência feminina e aprendizado doméstico, trabalho e direitos. (Pinto, 2019, p.9)	Apesar do estigma e da invisibilidade do trabalho doméstico, há uma negação dessas questões por parte das trabalhadoras entrevistadas. Foi verificado que as mudanças atuais no setor incluem o envelhecimento das trabalhadoras, maior escolaridade, aumento da formalização e mais diaristas. No entanto, persiste um “padrão ideal” de servidão e dedicação total, contestado por muitas mulheres. Também se observou o apoio feminino para cuidados familiares e a transformação da ideia de trabalhadora “como da família” devido a regulamentações legais e econômicas. Contudo, práticas como doações, empréstimos e presentes reforçam a expectativa de gratidão e fidelidade, enquanto a profissionalização enfrenta descontinuidade e lacunas que prejudicam a efetivação dos direitos, especialmente para diaristas.
O desafio conceitual do trabalho doméstico à psicologia do trabalho	Euda Kaliani Gomes Teixeira Rocha; Francinaldo do Monte Pinto	2018	“[...] discutir o patrimônio conceitual da Psicologia do Trabalho à análise do trabalho reprodutivo (doméstico).” (Rocha e Pinto, 2018, p.145)	O trabalho doméstico no Brasil é marcado pela divisão sexual do trabalho, reforçando o papel das mulheres, especialmente negras e pobres, em uma atividade de baixa remuneração e com pouca visibilidade social. É destacada a precariedade das condições de trabalho, a ausência de regulamentações claras, e a invisibilidade da contribuição desse trabalho para a sociedade. Além disso, evidencia-se a importância de sistematizar as condições de trabalho e garantir a proteção e os direitos das trabalhadoras domésticas.

Regulamentação do trabalho doméstico remunerado: implicações psicossociais para trabalhadoras no Brasil	Cristiano Hamann; Mariana Barcinski; Adolfo Pizzinato	2018	Investigar as mudanças legais no trabalho doméstico remunerado no Brasil, focando nas implicações psicossociais para as trabalhadoras, além dos aspectos jurídicos e econômicos.	A legitimação do trabalho doméstico remunerado requer análise crítica das relações de poder e das dinâmicas interseccionais de raça, gênero e classe. Por estar situada entre formalidade e informalidade, essa ocupação reflete distâncias sociais e sistemas de dominação. É essencial questionar práticas de servilidade e promover a desnaturalização de assimetrias, garantindo maior poder de ação e representação para as mulheres no mercado.
Você, dona de casa: trabalho, saúde e subjetividade no espaço doméstico	Rodrigo Padrini Monteiro; José Newton Garcia de Araújo e Maria Ignez Costa Moreira	2018	“[...] reunir elementos relativos ao trabalho doméstico e sugerir perspectivas de análise com base em nossas apropriações teóricas das clínicas do trabalho, de modo a reunir os temas do trabalho doméstico invisível, a subjetividade e a saúde.” (Monteiro, Araújo e Moreira, 2018, p. 3)	A naturalização da invisibilidade e marginalização feminina no âmbito do trabalho doméstico, associada às questões de gênero, impede que haja protagonismo e acarreta adoecimentos e sofrimentos, os quais afetam tanto donas de casa quanto empregadas domésticas. O tema, que é relevante às clínicas do trabalho, demanda mais pesquisas para explorar os desafios e avanços das mulheres nos campos jurídico, político, psicossocial e da saúde.
Escolha ocupacional no cotidiano de empregadas domésticas: um estudo de condensação sistemática	Izabella Oliveira Rodrigues	2017	“[...] identificar e discutir fenômenos cotidianos que permeavam escolhas ocupacionais dessas profissionais.” (Rodrigues, 2017, p. 7)	O dia a dia das empregadas domésticas é permeado por injustiças ocupacionais, com características que refletem a origem escravista dessa profissão. A associação histórica entre escravidão e trabalho doméstico corrobora para a exclusão social e a marginalização dessa classe.
O trabalho de empregada doméstica e seus impactos na subjetividade	Christiane Leolina Lara Silva; Araújo, José Newton Garcia de Araújo; Maria Ignez Costa Moreira; Vanessa Andrade Barros	2017	“[...] apresenta o contexto histórico do surgimento da categoria da empregada doméstica, seu perfil sociodemográfico e as leis que regulamentam essa ocupação, no Brasil.” (Silva et al, 2017, p. 454)	Apesar do avanço legal com a PEC das Domésticas, o trabalho doméstico, historicamente vinculado à escravidão, é marcado por preconceito, desvalorização e desigualdade. Assim, ainda há a perpetuação de humilhações e vulnerabilidades sociais, econômicas e existenciais, o que impacta negativamente na subjetividade das trabalhadoras domésticas.
Trabalho doméstico no Brasil: a luta pelo reconhecimento social frente aos novos direitos	Marina Macedo Araújo	2015	“Explorar o papel do reconhecimento social na construção de uma identidade e na conquista de direitos no contexto do trabalho doméstico no Brasil.” (Araújo, 2015, p.55)	O texto traz como resultados principais a necessidade de repensar a identidade da profissão e constituir uma autoimagem positiva, o reconhecimento das especificidades da ocupação e a constante luta coletiva para a ampliação de direitos por meio de sindicatos e movimentos.

Fonte: autora (2024).

Os resultados alcançados pelos artigos permitem o entendimento aprofundado sobre a afetação da saúde mental das trabalhadoras domésticas, com destaque para certos fatores psicossociais e demais causas que foram organizadas em 6 categorias. São elas: (1) aspectos estruturais; (2) interseccionalidade de gênero, raça/etnia e classe; (3) desvalorização e marginalização; (4) dinâmica relacional; (5) configuração ocupacional; (6) desproteção legislativa.

### *Análise crítica dos estudos incluídos*

Os trabalhos inclusos para a análise contribuíram com subsídios relevantes para responder satisfatoriamente à questão norteadora: “De que

forma os fatores psicossociais atrelados ao trabalho doméstico afetam a saúde mental das trabalhadoras brasileiras, considerando suas condições de trabalho, relações interpessoais e contexto social?”. De maneira geral, as pesquisas evidenciaram que a precarização das condições de trabalho, em conjunto com a desvalorização social, a sobrecarga física e emocional, a baixa remuneração e a informalidade, afeta negativamente a saúde mental dessas mulheres, originando ou agravando quadros de ansiedade, insônia, angústia e baixa autoestima. Tais impactos são intensificados pela manutenção de relações interpessoais marcadas por fatores hierárquicos, racismo estrutural, preconceitos e dinâmicas nocivas que reforçam as noções de servidão e de subordinação.

Na maioria dos estudos, destacou-se as repercussões da origem escravagista do trabalho doméstico e a necessidade de uma visão interseccional considerando questões de gênero, raça/etnia e classe. Os trabalhos ressaltaram que grande parte das trabalhadoras doméstica é composta por mulheres negras e de classes sociais com menor poder aquisitivo, o que resulta do próprio processo de estruturação do ofício e contempla desigualdades que corroboram para a marginalização da profissão.

Ademais, ressalta-se que apenas 1 trabalho abordou o contexto pandêmico, o qual intensificou as vulnerabilidades enfrentadas pelas profissionais. Embora em condições ainda mais precárias com um agravamento da insegurança financeira e da falta de suporte social, elas continuaram a desempenhar um papel essencial.

Assim, a relevância dos estudos analisados reside em sua contribuição para uma investigação efetivamente crítica das dinâmicas sociais e históricas que atravessam o trabalho doméstico no Brasil. Ao explorar como os fatores psicossociais impactam a saúde mental das empregadas domésticas, praticamente todas as pesquisas, apesar de adotarem variados caminhos metodológicos e divergirem quanto aos objetivos e resultados, evidenciaram a necessidade urgente de transformações nas esferas jurídica, política e social, as quais mostram-se alcançáveis principalmente por meio de ações coletivas.

### **Discussão dos resultados**

A partir do levantamento de dados e da análise minuciosa do *corpus* selecionado, será realizada a discussão das categorias concebidas para responder à pergunta norteadora deste estudo.

### **Aspectos estruturais**

O trabalho doméstico remunerado no Brasil reflete uma herança histórica marcada pela escravidão e suas perpetuações socioculturais. Na sociedade escravagista brasileira, em que o trabalho manual era tido como desonroso, eram os escravos que desempenhavam essas funções. Devido a tal relação, Simões e colaboradores (2023, p. 139) explicam:

A construção de quem é lido como ser humano, ancorada no processo de produção da raça, forjou, no imaginário social, determinado grupo racial como virtuoso, instituindo-o como parâmetro universal estético e cultural de humanidade, ao mesmo tempo em que categorizou como sub-humanos os corpos diferentes desse referencial, ou seja, os corpos não-brancos. Embora a abolição tenha determinado a alteração da condição de negras e negros, outrora escravizados, para trabalhadores assalariados e com possibilidade de serem tratados como consumidores, é fundamental apontar que essa transformação não se deu acompanhada de qualquer medida que pudesse garantir à população negra sua integração à sociedade.

Como esclarecido pelos autores, após a promulgação da Lei Áurea em 1888, as trabalhadoras domésticas, que eram ex-escravas ou negras nascidas livres, não receberam qualquer suporte estatal que facilitasse sua integração plena à sociedade, perpetuando sua marginalização. Sem perspectiva para inserção no mercado de trabalho, Pereira (2011 *apud* Fialho, 2021, p. 16) aponta que cerca de 70% da população negra ativa no âmbito do serviço doméstico, “optou” por continuar exercendo nas mesmas funções em troca de estadia e alimentação.

Dessa forma, é perceptível como o modelo escravagista moldou a percepção do ofício investigado como inferior e desprovido de dignidade. Sousa, Costa e Lira (2022) afirmam que a invisibilização social, ao compreender fatores como baixa remuneração e falta de reconhecimento do valor da profissão, faz com que ela careça de potencial econômico, apesar de auxiliar na perpetuação do capitalismo.

Destaca-se também como agravante o racismo estrutural que confina mulheres negras a atividades historicamente vinculadas ao trabalho servil. Tal continuidade é visível, por exemplo, na associação da mulher negra à imagem da “*mammy*”, considerada por Bueno (2020, p. 87 *apud* Simões et al, 2023, p. 143-144) e Collins (2019, p. 140 *apud* Simões et al, 2023, p. 143-144) uma figura submissa, obediente e intimamente ligada ao

serviço doméstico, que é utilizada para mascarar as violências e justificar a exploração. Na cultura brasileira, há exemplos claros dessa figura, como Tia Nastácia, personagem de Monteiro Lobato.

De modo geral, as condições hierarquizadas e precarizadas do trabalho doméstico impactam diretamente a saúde mental das trabalhadoras, gerando sentimentos de desvalorização, invisibilidade, impotência e frustração. Sendo assim, o vínculo entre esse labor e a escravização cristaliza a ideia de que mulheres negras estão destinadas ao servilismo, perpetuando ciclos de violência, pobreza e exclusão, enquanto limita suas oportunidades de ascensão social e econômica, agravando os efeitos psicossociais negativos sobre esse grupo vulnerável.

### *Interseccionalidade de gênero, raça/etnia e classe*

A interseccionalidade entre gênero, raça/etnia e classe, advinda dos modelos capitalista e patriarcal presentes na sociedade brasileira, diz respeito a junção de práticas discriminatórias com diferentes motivações. Este conceito aponta para a articulação e interação dessas opressões, uma vez que, segundo Reis (2024, p. 27): “[...] as identidades não são isoladas umas das outras, mas sim interconectadas e permeadas por fatores sociais, culturais e políticos”.

A feminização e racialização do trabalho doméstico remunerado foram temas centrais de diversos trabalhos analisados. Reis (2024) e Lucena (2023) mostram como a naturalização do trabalho doméstico como “dom feminino” contribui para a precarização das condições de trabalho e para a exclusão econômica e social das mulheres. Essa lógica também influencia a mobilidade social, limitando as perspectivas de qualificação e avanço profissional dessas trabalhadoras.

A ideologia naturalista reduziu as funções profissionais a papéis sociais. Isto posto, a desvalorização das mulheres no mercado de trabalho, fortalecida pelo capitalismo industrial e patriarcal, consolidou a divisão sexual do trabalho, reservando aos homens os espaços públicos e remunerados, ditos “produtivos”, enquanto as mulheres, sobretudo negras, foram relegadas ao trabalho doméstico precário, ou trabalho “reprodutivo” (Rocha e Pinto, 2018, p.145).

Com essa compreensão inicial sobre o agravante de gênero, é possível verificar que as mulheres negras, em especial, enfrentaram discriminações agravadas pela racialização de suas funções. Mesmo após a abolição da escravidão, elas continuaram submetidas a condições de exploração no trabalho doméstico, uma extensão das estruturas coloniais de dominação. Saffioti (1987 *apud* Sousa, Costa e Lira, 2022) denuncia:

[...] o corte histórico apenas mudou os papéis de senhora e escravizada para patroa e empregada, mantendo as relações de hierarquia e servidão, de modo que as mudanças não se configuraram em garantias de direitos e proteção institucionalizadas por meio do Estado, permitindo a contínua exploração e o alvo do novo patriarcado-racismo-capitalismo.

Ademais, o passado escravocrata brasileiro já assinala como a população negra esteve imputada a classes sociais mais baixas, com menor poder aquisitivo e participação política. Apesar do contorno nacional ser de extrema importância, Faria (2019) aborda os resultados das pesquisas do psiquiatra francês Le Guillant sobre as psicopatologias encontradas nas trabalhadoras domésticas. Foi percebida a influência das condições socioeconômicas nos adoecimentos delas por se tratar de um trabalho intimamente relacionado com desigualdades e considerando que a subserviência se associa à noção de desvalor e inferioridade.

Cabe destacar que o trabalho doméstico remunerado no Brasil é o principal ofício das mulheres, sendo a maioria “negras (64%), com baixa escolaridade e residentes em bairros periféricos – esse número corresponde a quase 15% das trabalhadoras ocupadas (10% das brancas e 18,6% das negras)” (Organização Internacional do Trabalho, 2020 *apud* Roberto, 2024, p. 18). Assim, conclui-se que as trabalhadoras domésticas brasileiras se encontram afetadas por opressões articuladas que necessitam ser compreendidas tanto em suas particularidades como em um conjunto.

### *Desvalorização e marginalização*

Como evidenciado pelos fatores anteriores, historicamente o trabalho doméstico é visto como desprovido de valor produtivo ou técnico, sendo relegado a uma condição inferior, marcada por submissão e ressentimento. Roberto (2024) destaca que embora este labor seja essencial para o funcionamento das dinâmicas sociais, o desempenho de suas atividades é frequentemente estigmatizado como um saber impreciso, não tendo reconhecimento e valorização.

Ademais, outro exemplo do que é enfrentado pelas trabalhadoras domésticas, salientado principalmente pelos estudos examinados que realizaram entrevistas, é o uso da expressão “como se fosse da família” por seus empregadores. Ao tratar o serviço prestado mais como favor do que um trabalho remunerado formal, há a promoção de invisibilidade, microagressões, exploração e perpetuação da marginalização.

Sendo assim, a dificuldade de modificar a conjuntura de trabalho surge como um agravante para a saúde mental das profissionais em questão. O baixo poder de negociação característico desse contexto ocupacional, somado a falta de oportunidades de mudanças de serviço, propicia que o trabalho doméstico seja percebido como uma forma de servidão (Bernardino, 2014 *apud* Roberto, 2024, p. 33), atenuando mais os estigmas discriminatórios e invisibilizantes.

Por conseguinte, Le Guillant, ao estudar a “condição das trabalhadoras domésticas” percebe a presença do sentimento de humilhação visível em elementos como vestimentas, quarto de dormir, linguagem e relações de dependência e submissão. De acordo com Silva e colaboradores (2017, p. 459), para o psiquiatra francês “o ressentimento e a humilhação constituem o dado primeiro da existência concreta das empregadas domésticas”.

Portanto, a falta de valor afeta diretamente a identidade ao conglobar com o não reconhecimento da própria humanidade dessas mulheres:

Assim, a experiência da exclusão, da discriminação e da humilhação, que geram dor, raiva, ódio e indignação podem ser canalizadas para o sentimento de não pertencimento

por parte da empregada doméstica, pela ausência do reconhecimento do valor intrínseco como ser humano digno, experimentando assim um lugar de sub-humanidade, de desvalor, de não integração àquele lugar, àquela família que se diz quase pertencente, um quase que nunca é retirado pois sustenta a ambiguidade que mascara todas essas camadas de opressões diversas sobre a existência da empregada doméstica, sobretudo quando nos casos das criadas que moram no trabalho. (Souza, 2021, p. 17; SILVA, 2017, p. 464 *apud* Simões et al, 2023, p. 151)

Dessa maneira, o sofrimento psíquico atrelado à desvalorização possui numerosos atravessamentos por demais complexos. Por isso, torna-se *mister* pontuar que, apesar de haver uma separação prática dos principais fatores psicossociais que impactam a saúde mental das trabalhadoras domésticas, todos são correlacionados e dificilmente poderão ser considerados isoladamente. A marginalização, por exemplo, origina-se com a herança escravagista, acentua-se com os recortes de gênero, raça/etnia e classe e desdobra-se nos tópicos que serão discutidos a seguir.

### *Dinâmica relacional*

Sobre relações sociais domésticas, Dejours (2004 *apud* Roberto, 2024, p. 89) aponta que a dinâmica dominação-servidão é intrínseca. Considerando o surgimento escravocrata do serviço doméstico no Brasil, esse funcionamento tona-se inquestionável.

Assim, até os dias atuais, há a manutenção da hierarquia relacional dentro deste contexto, que pode ser exacerbada devido à vulnerabilidade financeira e a carência material das trabalhadoras doméstica. Coelho (2006 *apud* Pinto, 2019, p. 85) alerta para as manifestações de um controle velado, exemplificando com a situação em que a patroa subverte o que deveria ser salário em presente, dando acesso a empregada a um objeto fora da noção de direito e disfarçado por um aparente afeto.

Nesse sentido, o ambiente privado e a intimidade nas relações empregatícias dificultam a identificação da exploração sofrida pelas empre-

gadas domésticas. O discurso patronal utiliza o afeto como defesa contra possíveis acusações, enquanto as trabalhadoras, confusas, vivenciam alienação ao ocuparem um “não lugar” entre trabalho e moradia (Silva, 2017 *apud* Simões et al, 2023, p. 151-152).

Desse modo, estudos como o de Lemos (2021) abordam como as trabalhadoras domésticas enfrentam sentimentos de inferioridade, humilhação e adoecimento psíquico, decorrentes dessas relações de poder e subordinação que caracterizam esse ambiente laboral. Essa dinâmica também é perpetuada por práticas que remetem a um imaginário escravocrata e que geram ressentimento, como o estabelecimento do “quartinho da empregada”, reforçando a hierarquia e o distanciamento social entre empregadoras e profissionais.

Além disso, os relacionamentos inseridos nesse cenário possuem um caráter ambíguo, que fica mais evidente com mensalistas, visto que essas dispõem um convívio maior com os patrões do que as diaristas. Como os afetos se misturam ao profissionalismo numa esfera privada que denota intimidade, torna-se imprescindível manter esforços conscientes para estabelecer limites e promover condições mais justas. Silva e colaboradores (2017, p. 459) discorrem sobre essa ambiguidade das trabalhadoras domésticas:

Elas são também marcadas por sentimentos ambíguos (admiração, inveja, ciúmes, ódio, amor) em relação aos patrões, à afeição que sentem pelas crianças da família, a um relacionamento de proximidade, mas marcado pela dependência e pelo isolamento que impede qualquer tentativa de oposição organizada, como categoria. Assim, seus conflitos são vivenciados e interiorizados apenas individualmente. Le Guillant (2006) não nega a existência de “patrões” gentis ou “amáveis”, mas as contradições vivenciadas nas relações de trabalho prevalecem.

Outrossim, os trabalhos analisados esclareceram que a dependência psicológica pode ser acentuada quando o labor se torna o meio vital para a sobrevivência. De acordo com Ávila e Fernandes (2019 *apud* Roberto, 2024, p. 87), quando a profis-

sional necessita de sua ocupação para suprir suas necessidades básicas de ordem física ou psíquica, observa-se um maior investimento emocional na hierarquia, o que é rompido quando há condições de satisfazer-se de outra forma e em outro local.

Por fim, cabe destacar que esta análise não adota uma perspectiva determinista ao sugerir que as dinâmicas relacionais das empregadas domésticas em seu ambiente de trabalho estejam necessariamente desprovidas de harmonia, respeito e afeto genuíno. Todavia, considerando que os aspectos subjetivos são abstratos e se entrelaçam de maneira complexa, tornando sua percepção prática mais desafiadora, é fundamental tê-los em mente ao examinar tais relações.

### *Configuração ocupacional*

Neste estudo, constatou-se que as especificidades técnicas e de rotina das trabalhadoras domésticas brasileiras impactam profundamente em sua subjetividade. A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) caracteriza o emprego doméstico em uma gama de cargos e funções que podem ser agrupados ou entendidos enquanto sinônimo, como empregada doméstica – diarista – arrumadeira – faxineira (Lucena, 2023, p. 158).

Em primeiro lugar, constata-se que a rotina dessas profissionais envolve tarefas múltiplas e exaustivas, frequentemente não delimitadas no momento da contratação, o que leva à sobrecarga física e mental. Além disso, é necessário considerar a existência de jornadas duplas, uma vez que essas profissionais atuam tanto nos lares dos empregadores como em suas próprias casas com tarefas similares (Sousa, Costa e Lira, 2022).

Ademais, podem ser observadas divergências de atuação, como percebido na heterogeneidade apresentada entre as mensalistas e as diaristas. Roberto (2024, p. 30) explicita que diferenciação entre mensalistas e diaristas ilustra a heterogeneidade da ocupação, com as primeiras frequentemente sobrecarregadas por demandas imprevistas e variadas, enquanto as segundas se dedicam a tarefas específicas, como limpeza pesada. No entanto, ambas enfrentam desafios relacionados à desvalorização social, solidão e exploração.

Outro ponto a ser considerado é o perfil dessas trabalhadoras, que carregam os atravessa-

mentos discutidos de gênero, raça/etnia e classe. Torna-se essencial considerar tais recorte visto que Araújo, Pinho, & Almeida (2005 *apud* Sousa, Costa e Lira, 2022) expõem que mulheres de baixa escolaridade e renda apresenta ocorrências maiores de: “transtornos de humor depressivo/ ansioso, nervosismo, tristeza, irritabilidade, choro e sintomas somáticos, dor de cabeça, insônia, dor estomacal, cansaço e perda de ânimo”.

Ainda há aflições particulares do serviço doméstico. Roberto (2024, p. 42; 85-86) disserta sobre a natureza solitária da profissão pela frequente ausência de colegas, o que pode intensificar a dependência, inclusive afetiva, das trabalhadoras em relação aos patrões. Além disso, o sofrimento ético pode emergir quando as empregadas enfrentam dilemas entre suas ações no trabalho e seus valores, gerando sentimentos de insegurança, medo e angústia.

Portanto, considerando a natureza configurativa do trabalho doméstico em suas dimensões socioeconômicas, jurídica, cultural e demográfica, é verificado que as trabalhadoras jovens, providas de maior escolaridade, buscam ocupações mais prestigiosas (Guerra, 2017, p. 26 *apud* Pinto, 2019, p. 78). Os estudos apontam que, mesmo se deparadas com salários e condições similares ao serviço doméstico, este é preterido devido aos estigmas.

### ***Desproteção legislativa***

O trabalho doméstico no Brasil carrega um histórico marcado pela exclusão de direitos e pela informalidade, refletindo a permanência de hierarquias sociais baseadas em gênero, raça/etnia e classe. Fialho (2021, p. 19) aponta que essa profissão é uma questão delicada para a Organização Internacional do Trabalho (OIT) desde a primeira resolução sobre o assunto.

Somente com a Constituição de 1988 e as mudanças legislativas posteriores é que houve um avanço significativo, assegurando direitos como o salário-mínimo e a licença-maternidade. Em 2013 e 2015, a aprovação da “PEC das Domésticas” e a Lei Complementar nº 150 equipararam os direitos das trabalhadoras domésticas aos de outras categorias, incluindo a limitação da jornada de trabalho, pagamento de horas extras,

FGTS obrigatório e compensação por demissão sem justa causa (Reis, 2024, p. 71; Roberto, 2024, p. 41). No entanto, o cenário brasileiro apresenta certa resistência a essas mudanças, tanto por parte da classe média empregadora quanto pelas instituições, o que destaca dificuldades culturais e sociais importantes para a regularização do trabalho doméstico.

De acordo com a pesquisa de DIEESE (2022), 76% das trabalhadoras domésticas não possuem carteira assinada e permanecem na informalidade, o que faz transparecer a herança escravagista, a precarização e a falta de fiscalização, impedindo uma iniciativa efetiva dos órgãos regulamentadores. Diante deste panorama, os estudos analisados revelaram que os impactos à saúde mental dessas mulheres são agravados pela insegurança financeira, a falta de benefícios básicos e a ausência de garantias laborais geram sintomas como estresse, ansiedade e depressão. Além disso, a baixa sindicalização e a falta de conscientização sobre direitos tornam essas trabalhadoras ainda mais vulneráveis, perpetuando um ciclo de exploração e invisibilidade social.

A garantia dos direitos não acarreta efeitos relacionados à cidadania, como Araújo (2015, p. 26) clarifica:

Os direitos, assim, funcionam como parâmetro para cada indivíduo ter consciência de seu reconhecimento frente à sociedade. Por esse motivo, Mead enxerga os direitos como uma base sólida para o autorrespeito. Aqui, o autorrespeito se mostra de grande importância por estar diretamente ligado à percepção destas trabalhadoras e o seu sentimento de pertencimento a uma comunidade. Partindo dessa teoria, e se apropriando da ideia de autorrespeito, este passa a ser desenvolvido na medida em que existe o reconhecimento jurídico.

Destarte, a luta por justiça social dessa categoria profissional, apesar de tardia, demonstra avanços consideráveis. Ainda há desafios que necessitam ser enfrentados para que haja a fiscalização adequada das leis exigentes

e a implementação de políticas públicas que promovam a formalização das empregadas domésticas. Nesta investigação, a sindicalização foi um ponto essencial apresentado como fator que pode aprimorar as condições dessa profissão, promovendo consciência de classe e pressão na esfera política (Antunes, 2018 *apud* Reis, 2024, p. 121).

Para uma atuação mais integral, essas ações devem ser acompanhadas de uma escuta ativa das trabalhadoras e o reconhecimento das suas ações de resistência. Portanto, é essencial que o debate sobre o tema se amplie, abarcando não só os aspectos legais, mas também as dimensões culturais, afetivas e relacionais que atravessam essa ocupação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta revisão integrativa teve por objetivo buscar evidências científicas sobre a saúde mental de trabalhadoras domésticas remuneradas no Brasil. Assim, a investigação foi conduzida a partir da análise crítica de 16 trabalhos levantados por meio das bases de dados Scopus, Google Acadêmico e Lilacs (via Portal Regional da Biblioteca Virtual de Saúde - BVS).

Os resultados demonstraram que o trabalho doméstico remunerado na realidade brasileira permanece profundamente marcado por desigualdades estruturais de gênero, raça/etnia e classe. Percebe-se, então, a perpetuação de um ciclo de exploração e precarização que remonta a um passado colonial e escravocrata e infere um presente alarmantemente misógino, racista e classista. Outrossim, as condições de trabalho das empregadas domésticas são majoritariamente caracterizadas pela informalidade, jornadas exaustivas e baixa remuneração, agravadas por um contexto sociopolítico que historicamente desvaloriza essa profissão.

Além disso, as relações hierárquicas e os preconceitos arraigados nos espaços laborais em questão contribuem para o adoecimento psíquico dessas trabalhadoras, reforçando sentimentos de inferioridade e exclusão social. As

repercussões desses atravessamentos também são refletidas no desenvolvimento ou intensificação de quadros de ansiedade, depressão, insônia e baixa autoestima.

O impacto da feminização e racialização do trabalho doméstico também foi acentuado nos estudos examinados, apontando como a naturalização desse serviço, através de convicções naturalistas como “dom feminino” e “papel de mulheres negras”, sustenta práticas discriminatórias. Tais aspectos não apenas limitam a mobilidade social dessas mulheres, mas também alertam para uma demanda urgente de intervenções que promovam o reconhecimento, a valorização e a proteção legal dessa categoria profissional.

Ao compreender como os fatores psicossociais atrelados ao trabalho doméstico afetam a saúde mental das trabalhadoras brasileiras, considerando suas condições de trabalho, relações interpessoais e contexto social, é comprovada a urgente necessidade de políticas públicas que visem a regulamentação efetiva dessa ocupação e o fortalecimento de direitos trabalhistas. Sugere-se que tais medidas sejam acompanhadas por campanhas de acolhimento e de conscientização que combatam os estigmas associados à profissão, promovam o respeito e a dignidade das trabalhadoras domésticas, além de contestar estruturas sociais coloniais e marginalizantes.

Em suma, esta revisão contribui para um entendimento integral de como os fatores psicossociais atrelados ao trabalho doméstico afetam a saúde mental das trabalhadoras brasileiras. Espera-se que este estudo auxilie no debate acadêmico e social, incentivando a construção de um fazer psicológico que reconheça não somente as especificidades individuais, mas também as afetações subjetivas relacionadas aos contextos estruturais sociopolíticos, culturais e históricos.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Marina Macedo. Trabalho doméstico no Brasil: a luta pelo reconhecimento social frente aos novos direitos. Repositório UFBA, 2015. Disponível em: <<https://bdm.unb.br/handle/10483/11482>>. Acesso em: 03 out. 2024.
- BRASIL. Ministério Trabalho e Emprego. Emprego doméstico no Brasil é formado por mulheres. Brasília. 12 mar. 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Marco/emprego-domestico-no-brasil-e-formado-por-mulheres#:~:text=Em%20dezembro%20de%202019%2C%20o,em%202023%20s%C3%A3o%204.614%20milh%C3%B5es>>. Acesso em: 03 out. 2024.
- Carmo, Lourdes Aparecida do. “O Trabalho Doméstico e a Saúde das Mulheres Negras”. 2019. 40 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.
- CARVALHO, Mônica Gurjão. GONÇALVES, Maria da Graça Marchina. Trabalho Doméstico Remunerado e Resistência: Interseccionando Raça, Gênero e Classe. In *Psicologia: Ciência e Profissão*, 2023 v. 43, p. 1-16. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/XrGcRjVwVLtsDbfNmDqXrPQ/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 03 out. 2024.
- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. As dificuldades das trabalhadoras domésticas no mercado de trabalho e na chefia da família. In *Boletim Especial*. São Paulo/SP, 2024. Disponível em <<https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2024/trabalhoDomestico.html>>. Acesso em 03 out. 2024.
- FARIAS, Ester Senna Monteiro de. Discursos sobre o vivido no trabalho doméstico remunerado: uma análise a partir de pesquisas empíricas realizadas no Brasil. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/17124/1/EFarias.pdf>>. Acesso em 03 out. 2024.
- FIALHO, Kênia Roberta Rosa. Sentidos sobre o trabalho doméstico no Brasil: análise dos testemunhos do livro “Eu, empregada doméstica”. 2001. Trabalho de Conclusão de Curso - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS, 2001. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/229890/001131484.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 03 out. 2024.
- HAMANN, Cristiano; BARCINSKI, Mariana; PIZZINATO, Adolfo. Regulamentação do trabalho doméstico remunerado: implicações psicossociais para trabalhadoras no Brasil. *Barbarói*, v. 1, n. 51, p. 248-268, 5 jan. 2019. Disponível em <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/205423/001109710.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 03 out. 2024.
- LEMOS, Amanda dos S. O que o trabalho doméstico me ensinou sobre identidade, autoestima e afeto. In *Seminário Internacional Fazendo Gênero 12*. Florianópolis, 2021. Anais Eletrônicos. Disponível em <[https://www.fg2021.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/fg2020/1613654523\\_ARQUIVO\\_259c2d3a0589264eb059a0335cedb4d0.pdf](https://www.fg2021.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/fg2020/1613654523_ARQUIVO_259c2d3a0589264eb059a0335cedb4d0.pdf)>. Acesso em 25 nov. 2024.
- MONTEIRO, Rodrigo Padrini; ARAUJO, José Newton Garcia de; MOREIRA, Maria Ignez Costa. Você, dona de casa: trabalho, saúde e subjetividade no espaço doméstico. *Pesqui. prát. psicossociais*, São João del-Rei, v. 13, n. 4, p. 1-14, dez. 2018. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-89082018000400002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082018000400002&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 25 nov. 2024.
- PINTO, Tatiane de Oliveira. “Eu tinha uma certa liberdade”: famílias, direitos e dispositivos de resistência de trabalhadoras domésticas de Nova Iguaçu, RJ. 2019. 188f. Tese Doutorado. Fundação Getúlio Vargas – Centro de pesquisa e documentação de história contemporânea do Brasil. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em <<https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/3942f380-e70f-4253-8d51-387122e04537/content>>. Acesso em 25 nov. 2024.
- REIS, Angélica Cunha dos. Cuidado ao idoso e trabalho doméstico: Uma análise da conjunção de opressões. 2024. 141 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2024. DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2024.279>.
- ROBERTO, Paulo Henrique Souza. “Eu moro aqui e parece que sou invisível”: o (im)prescrito do trabalho doméstico remunerado. 2023. 131 f., il. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura) — Universidade de Brasília, Brasília, 2023. 105 f., il. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura) — Universidade de Brasília, Brasília, 2023. Disponível em: <[http://www.rlbea.unb.br/jspui/bitstream/10482/49434/1/PauloHenriqueSouzaRoberto\\_DISSERT.pdf](http://www.rlbea.unb.br/jspui/bitstream/10482/49434/1/PauloHenriqueSouzaRoberto_DISSERT.pdf)>. Acesso em 03 out. 2024.
- ROCHA, E. K. G. T.; PINTO, F. DO M.. O desafio conceitual do trabalho doméstico à psicologia do trabalho. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 30, n. 2, p. 145–153, maio 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/fractal/a/4XNdKnpSVYKWhHdkQb8g6Xt/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 03 out. 2024.
- RODRIGUES, Izabella Oliveira. Escolha ocupacional no cotidiano de empregadas domésticas: um estudo de condensação sistemática. 2015. 30 f., il. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Terapia Ocupacional) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <[https://bdm.unb.br/bitstream/10483/17252/1/2015\\_IzabellaOliveiraRodrigues.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/17252/1/2015_IzabellaOliveiraRodrigues.pdf)>. Acesso em 03 out. 2024.
- SILVA, Christiane Leolina Lara et al. O TRABALHO DE EMPREGADA DOMÉSTICA E SEUS IMPACTOS NA SUBJETIVIDADE. *Psicol. rev. (Belo Horizonte)*, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 454-470, jan. 2017. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-11682017000100028&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682017000100028&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 25 nov. 2024.
- SIMÕES, Adriana Souza. KLÖPPEL, Helena Barriga Mutran. SILVA, Isabella Almeida da. SIMÕES, Paloma Sá Souza. GUIMARÃES, Sandra Suely Moreira Lurine. O impacto subjetivo do colonialismo e racismo em mulheres negras trabalhadoras domésticas. In *Laborare*. Ano VI, Número 11, Jul-Dez/2023, pp. 135-154. Disponível em <<https://revistalaborare.org/index.php/laborare/article/view/217/181>>. Acesso em 25 nov. 2024.
- SOUZA, Ana Luisa Santos de. DA COSTA, Karollune Araújo. LIRA, Lígia Souza. Trabalho doméstico e questão social: o adoecimento mental das trabalhadoras no Brasil. In *XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*. Anais. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/XrGcRjVwVLtsDbfNmDqXrPQ/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 03 out. 2024.